

BOLETIM DE

ANÁLISE DA CONJUNTURA

ANO 04 - Nº 42 - NOVEMBRO 2019

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



APRESENTAÇÃO

Analisar a conjuntura é um exercício complexo, que exige atenção a vários ardis que aparecem no trajeto. Talvez o maior deles seja o desejo. Embora o mais reconhecido obstáculo para análises precisas ou equilibradas, é difícil não ouvir seus sussurros. Ao longo de 2019, o grupo que produz o *Boletim de Análise da Conjuntura*, da Fundação Perseu Abramo, empenhou-se na avaliação de dados, cenários e tendências, a partir de diversas fontes, em busca da informação mais precisa e útil possível para contribuir com as ações do Partido dos Trabalhadores, dos movimentos sociais, de lideranças e militantes.

A presente edição chega ao mesmo tempo que se inicia o 7º Congresso Nacional do PT, momento de festa, mas principalmente de definição de estratégias para enfrentar os enormes desafios e lutas que se colocam adiante. As gerações que têm construído este partido e ajudado a demonstrar que o Brasil pode ser melhor e mais feliz conhecem bem o valor da luta e da análise ponderada dos fatos e dos agentes sociais. Mas sabem também que a esperança é essencial.

A seção **Internacional** trata da vitória do Psoe nas eleições parlamentares da Espanha, da convocação de um plebiscito para abril de 2020 sobre a Constituição do país pelo presidente do Chile, o conservador Sebastián Piñera, e dos desdobramentos do golpe na Bolívia.

Em **Estado**, a análise de um pacote de reformas econômicas apresentado pelo capitão e seu superministro da Economia que deve produzir danos profundos e irreparáveis à vida daquela enorme maioria de famílias brasileiras que está na base da pirâmide e que, ao menos em alguma medida, contavam até outro dia com o apoio das políticas públicas arquitetadas a duras penas pela Constituição Federal de 1988.

Política e Opinião Pública destaca os pontos de pauta no Congresso após a promulgação da reforma da Previdência e a reforma Administrativa, no

bojo do novo pacote de medidas proposto pelo governo, chamado de Plano Brasil Mais. Também trata da única pesquisa divulgada após a libertação de Lula, realizada pela plataforma Atlas Político, que revela que a imagem do ex-presidente melhorou após sua libertação enquanto a avaliação do governo Bolsonaro piorou.

O início da reparação de uma injustiça histórica, ocorrido em novembro, com a libertação de Lula, é o tema da seção **Judiciário**. O “Lula Livre” segue sendo uma palavra de ordem fundamental à democracia.

Em **Segurança Pública** um balanço do ano para o ex-juiz Sergio Moro, que chegou ao governo como um dos superministros, mas termina o primeiro ano com uma coleção de derrotas: não conseguiu passar seu projeto para a Segurança Pública; perdeu o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para o Ministério da Economia; Lula foi solto; e ainda tem no horizonte a ameaça de o Supremo analisar o pedido de sua suspeição como juiz federal da Lava Jato – o que colocaria toda a operação em risco.

Na análise **Social** é apresentado um panorama do mercado de trabalho brasileiro a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do programa “Educação em prática”, lançado pelo governo federal.

A parte de **Economia** mostra que de olho nos recursos parados nos Fundos Setoriais, que, não fosse pela austeridade renitente deveriam servir para fomentar setores específicos da economia brasileira, Paulo Guedes consegue propor o pior: direcioná-los sem escalas para o bolso dos rentistas.

Em **Federalismo** está em pauta o pacote de Guedes, que prevê extinguir municípios com menos de cinco mil habitantes e que não tenham ao menos 10% de seu orçamento oriundos da arrecadação feita pela prefeitura – Imposto sobre Serviços (ISS), Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e

Imposto sobre a Transmissão de Bens Intervivos (ITBI), além de taxas. Além disso, quer desobrigar os entes de gastos com saúde e educação, além de suspender financiamentos com bancos públicos e de fomento.

A área ambiental, uma das mais cruelmente castigadas neste primeiro ano da gestão do governo Bolsonaro, é o tema de **Territorial**. Não bastassem as ações de desmonte da política de proteção ambiental, o país ainda passou por pelo menos quatro tragédias ambientais sem que o governo federal demonstrasse eficácia ou efetivo interesse em combatê-las.

A **Comunicação** aborda o posicionamento editorial dos principais grupos da mídia tradicional brasileira em relação a dois fatos políticos determinantes ocorridos em novembro: a decisão do STF contrá-

ria à prisão em segunda instância e a libertação do ex-presidente Lula. Aponta também que o governo federal foi motivo de reportagens em jornais estrangeiros por seus problemas e polêmicas e analisa o comportamento das redes sociais sobre os pontos-chave do governo Bolsonaro.

A seção de **Movimentos Sociais** analisa o contraste entre as cenas das mobilizações de rua no Chile e na Bolívia e a aparente apatia da população brasileira. Contudo, indica que a pressa na comparação e a crença em reprodução automática não ajudam a compreender o estágio em que se encontram os movimentos sociais brasileiros.

Por fim, os dados sobre “Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil”, divulgados pelo IBGE em novembro, mês da consciência negra, são o tema de **Periferias**.

INTERNACIONAL



A seção Internacional trata da vitória do Psoe nas eleições parlamentares da Espanha, da convocação de um plebiscito para abril de 2020 sobre a Constituição do país pelo presidente do Chile, o conservador Sebastián Piñera, e dos desdobramentos do golpe na Bolívia.

Psoe vence novamente na Espanha

O Partido Socialista dos Trabalhadores da Espanha (Psoe), presidido por Pedro Sánchez, foi novamente o mais votado nas eleições parlamentares do dia 10 de novembro, conquistando 120 cadeiras das 350 em disputa, porém, três a menos que na eleição passada. O conservador Partido Popular (PP) obteve 88 lugares, 22 a mais do que na última votação. O Vox, de extrema-direita, que havia ingressado pela primeira vez no Parlamento em abril deste ano, se tornou a terceira força, com 52 cadeiras. Em quarto lugar está o Unidas Podemos (UP), de esquerda, com 35 cadeiras, sete a menos, e o Ciudadanos saiu-se mal ao perder 47 cadeiras em comparação com a eleição de abril, o que beneficiou o PP e o Vox.

Foi a quarta eleição nos últimos quatro anos na Espanha, sendo duas neste ano. A primeira delas ocorreu em 28 de abril, após Sánchez dissolver o Parlamento por causa da derrota sofrida por seu plano orçamentário para 2019, quando o Psoe conquistou a maior parte das cadeiras em disputa, 123. Entre-

tanto, falhou em construir alianças para formar um governo, sobretudo com o Unidas Podemos, o segundo maior partido da esquerda no país.

Os parlamentares espanhóis estavam acostumados com um bipartidarismo de fato, a partir do PP e do Psoe, que se revezavam no governo desde a redemocratização do país, quando muito fazendo acordos com partidos regionais para assegurar a maioria de 176 cadeiras para governar. A fundação do Podemos e do Ciudadanos, em 2014, e os resultados eleitorais que obtiveram posteriormente geraram um parlamento mais fragmentado, o que obriga os partidos maiores a um novo mecanismo de negociações e composições, como as que ocorrem rotineiramente em outros governos europeus.

Esta constatação, o comparecimento menor do eleitorado em comparação com a eleição de abril e a pequena diferença entre a direita e a esquerda, ainda mais com o Vox se tornando a terceira força, foi um dos motivos para que apenas 48 horas depois das eleições o PSOE e o UP anunciassem

uma aliança para governar por meio de um acordo semelhante ao que foi rechaçado pelo Psoe há alguns meses. Entretanto para formar a maioria ainda são necessárias 21 cadeiras, que deverão ser negociadas com partidos menores, como o Mais País e alguns regionais, para que apoiem a formação de um novo governo ou ao menos se abstenham na votação de sua aprovação pelo parlamento.

Piñera convoca plebiscito no Chile

O presidente do Chile, o conservador Sebastián Piñera, convocou um plebiscito para abril de 2020 sobre a Constituição do país. Nele a população poderá escolher se quer uma nova Carta e se ela deverá ser formulada por meio de uma Assembleia Constituinte ou de uma Assembleia Mista, a qual seria formada por parlamentares e por cidadãos eleitos.

Uma nova Constituição se tornou a principal reivindicação dos protestos que tomaram as ruas chilenas desde a primeira quinzena de outubro. O que começou como uma manifestação contrária ao aumento da passagem de metrô no horário de pico em Santiago tornou-se um impulso popular para mudar a Constituição que está em vigor desde a ditadura de Augusto Pinochet (1974-1990) e que impõe a privatização de serviços básicos como educação, saúde, água, eletricidade e previdência social, entre outros.

A primeira resposta do governo aos protestos foi a utilização da violência das Forças Armadas, que não eram convocadas para este fim desde a redemocratização. Mais de vinte pessoas morreram e milhares ficaram feridas, entre elas duzentas tiveram sérios ferimentos nos olhos provocadas por balas de borracha. Há também denúncias de torturas e estupros. Por isso, Piñera se tornou réu por crimes cometidos contra a humanidade.

A repressão não adiantou, nem mesmo os recuos do governo no preço da passagem e os anúncios de reformas com cunho social. Piñera trocou seu ministério e tentou comandar a construção de uma nova Constituição sob seu controle por meio do Parlamento e, novamente, teve que recuar e convocar o plebiscito. Além disso, admitiu pela primeira vez em mais de um mês de protestos que houve

uso excessivo de força por parte do aparato militar e policial.

A convocação do plebiscito foi resultado de uma negociação entre os partidos que apoiam o governo e alguns da oposição. Embora a discussão sobre qualquer tema seja admissível, se a constituinte for aprovada há uma armadilha que limita a possibilidade da nova Carta para resolver os problemas que provocaram os protestos, pois certas propostas, não se sabe ainda quais, deverão obter o voto favorável de dois terços dos constituintes para serem aceitas.

A Frente Social que envolve a CUT e várias organizações sindicais, outras organizações sociais e algumas ONGs discordou da formulação do acordo, que não consultou ninguém fora do âmbito do governo e do Parlamento e, por sua vez, manteve as mobilizações continuamente reprimidas com violência pela polícia e Exército.

Desdobramentos do golpe na Bolívia

O anúncio feito pelo presidente Evo Morales de realização de uma nova eleição e nomeação de novos integrantes do Tribunal Superior Eleitoral não foi suficiente para acalmar a direita boliviana, pois esta queria afastá-lo da presidência a qualquer custo e por qualquer meio. Em 10 de novembro, Evo foi pressionado pelo chefe das Forças Armadas do país a renunciar à Presidência, e ele, acompanhado pelo vice-presidente, Álvaro Liñera, assim o fizeram. Após um périplo até Cochabamba, partiram para o exílio no México alguns dias depois.

Como os presidentes do Senado e da Câmara também renunciaram, a ordem sucessória prevista na Constituição ficou acéfala. No entanto, a vice-presidenta do Senado, Jeanine Añez, se autoproclamou presidente interina, sem sequer ter alcançado quórum na sessão e, conseqüentemente, sem respaldo dos legisladores cuja maioria é do MAS-IPSP, o partido do presidente.

Diante desse quadro, a iniciativa das mobilizações contra o golpe de Estado perpetrado pela direita e respaldado por altos oficiais do Exército mudou para a esquerda, questionando a legitimidade do autoproclamado governo e exigindo o retorno de

Evo. Estas mobilizações estão sendo reprimidas com extrema violência e nove integrantes de uma marcha de cocaleros do Chapare em direção a Cochabamba foram assassinados a tiros quando tentavam romper uma barreira policial. Ao todo foram contabilizados 23 mortos e centenas de feridos e presos desde o início dos protestos após as eleições realizadas no dia 20 de outubro.

Nesse meio tempo, representantes da Organização das Nações Unidas e da Igreja Católica estão tentando estabelecer um fórum de negociações para acordar a normalização da situação na Bolívia, que passa também por situações de desabasteci-

mento em várias cidades devido aos bloqueios de estradas pelos apoiadores do presidente Evo, que, aliás, independentemente das polêmicas sobre o processo eleitoral, ainda tinha dois meses de mandato pela frente.

Ao mesmo tempo, embora os golpistas contem com apoio da polícia e da cúpula das Forças Armadas, muitos militares de patente mais baixas manifestaram apoio a Evo. Embora a Constituição preveja eleições em até noventa dias após a vacância da Presidência, os golpistas não anunciaram nada nesse sentido, e as mobilizações prosseguem.

ESTADO



Antes de entrar na análise dos impactos das medidas em si, é inadiável denunciar as mentiras explícitas que foram “vendidas” à sociedade brasileira para justificar os descabros que, em última instância, irão produzir desesperança e mortes.

Plano Mais Brasil: Paulo Guedes mente

Na data em que completou trezentos dias no comando do país, o capitão e seu superministro da Economia foram ao Congresso Nacional para protocolar um pacote de reformas econômicas que deve produzir danos profundos e irreparáveis à vida daquela enorme maioria de famílias brasileiras que está na base da pirâmide e que, ao menos em alguma medida, contavam até outro dia com o apoio das políticas públicas arquitetadas a duras penas pela Constituição Federal de 1988.

Para início de conversa, antes de entrar na análise dos impactos das medidas em si, é inadiável denunciar as mentiras explícitas que foram “vendidas” à sociedade brasileira para justificar os descabros que, em última instância, lá no Cariri da Paraíba, no Jardim Ângela ou no centro de São Paulo, irão produzir apagões nos hospitais, nas escolas e nos sistemas de transportes e que culminarão com desesperança e mortes.

Guedes mentiu e tem mentido sistematicamente, seja falsificando os números da Previdência para angariar apoio à sua reforma, seja superestimando o estrangulamento das contas federais para esticar os contingenciamentos, seja agora para dar esse tiro de cartucheira na cara dos brasileiros. Neste

caso, no próprio powerpoint que distribuiu à imprensa apresentando o seu “Plano Mais Brasil” foram diversas e bastante graves as falsificações estrategicamente organizadas pelo time de Guedes para ludibriar a sociedade brasileira.

Mentira 1 – A marosca dos gráficos: depois de meter o terror alardeando um suposto “descontrole das contas públicas”, na página oito do documento é apresentada uma ilustração informando que de cada cem reais arrecadados pelo governo, 93 reais estariam comprometidos com “despesas obrigatórias” e que, portanto, só restariam sete reais para as denominadas “despesas discricionárias”. Logo em seguida, na página dez, um outro gráfico induz a audiência a acreditar que por conta daquela rigidez das despesas, estaríamos caminhando para um colapso dos investimentos públicos, motivo pelo qual seria necessário acabar com as leis que estabelecem destinação obrigatória para uma grande parte das despesas governamentais. Só que não.

Como qualquer leitor poderá observar, na página 34 do insinuante powerpoint do Paulo Guedes, ficamos sabendo que em 2018 foram gastos 379 bilhões de reais com juros da dívida pública, o que corresponde a 11% do total das despesas do setor

público brasileiro naquele ano (essa última informação não está lá, claro). Ora, e de onde teria saído esse caminhão de bilhões que carrega quase a metade do que dizem será arrecadado em dez anos de sacrifício imposto pela reforma da Previdência?

Pois é, o macete utilizado pelo Guedes foi excluir essa vultosa grana daquela imagem alarmante da página dez, na qual por razões evidentes não apresentava os números em “bilhões de reais”, mas sim como partes de um fajuto bolo de cem reais que, fosse representativo das contas públicas, deveria ter apenas 89 pedaços, uma vez que os tais onze despendidos com o pagamento de juros (379 bi de reais), de tão obrigatórios e rígidos, nem entraram na conta do precavido ministro.

Mentira 2 – Uma prenda para estados e municípios: no roteiro estrategicamente trilhado no powerpoint, depois do falso diagnóstico, elencam-se supostas soluções. Umas pouco críveis, outras deletérias e algumas simplesmente falaciosas. Dentre as últimas, vale destacar a sorradeira montagem visual que está apresentada na página 37. Sob o revigorante título “Mais investimento, menos dívida” uma imagem com notas de dinheiro em uma mão generosa é acompanhada da mensagem “quatrocentos bilhões de reais para estados e municípios (em 15 anos)”. Forte, não? Mas, logo abaixo, ainda na mesma página, o leitor depara com a conta de padaria do ministro: cinquenta bilhões de reais virão em dez anos com o chamado Plano Emergencial (ou seja, emergências estão no horizonte!) e outros 220 bilhões de reais virão da redução da taxa de juros que resultará da quitação de parte da dívida pública utilizando recursos que hoje estão alocados nos fundos setoriais para atender necessidades governamentais específicas (ciência e tecnologia, qualificação profissional, etc). Cinquenta com 220 não dá quatrocentos, mas é que na ânsia de bravateiro que lhe é característica, o ministro apresenta

as partes projetando dez anos e anuncia a meta final considerando um prazo de quinze anos.

Medidas causarão desesperança e mortes

Além disso, o mais curioso nessa segunda grande lorota é que na prática aqueles 220 bilhões de reais jamais chegarão aos cofres dos entes subnacionais. Na real, a mensagem do ministro é a seguinte: com os juros mais baixos, governadores e prefeitos gastarão menos do que gastariam se os juros permanecessem elevados. Isto posto, decorrem algumas considerações: em primeiro lugar, é o caso de perguntar em qual tábua sagrada está escrito que o tamanho da dívida pública em relação ao PIB é o fator determinante da taxa de juros de um país? As dívidas do Japão, dos Estados Unidos, da Espanha e de muitos outros países são proporcionalmente maiores do que a brasileira e a despeito disso suas taxas de juros são sistematicamente mais baixas – aliás, a esse respeito, o que o Paulo Guedes esconde é que a ortodoxia econômica para a qual ele diz acender vela está recebendo uma enxurrada de críticas de seus mais laureados representantes por acreditar e praticar um padrão de política monetária que vem se mostrando ineficaz há já bastante tempo e cuja principal consequência tem sido esfoliar excessivamente as contas públicas; em segundo e último lugar, a estratégia de Guedes remete àquela carcomida anedota que conta a história de um sujeito que, depois de perder o ônibus, saiu correndo em seu encalço até que chegou em casa, contando então ao filho a façanha que lhe permitiu economizar o valor da passagem e ouviu como resposta que deveria ter corrido atrás do táxi. No chiste do Guedes, entretanto, não há graça nem humor. Apenas um arrazoado de mentiras e oportunismo que, provavelmente, representam o maior ataque aos interesses da nação já praticado por um cidadão nativo.

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



Esta seção aborda os pontos de pauta no Congresso após a promulgação da reforma da Previdência, com destaque para a PEC Paralela da reforma da Previdência (PEC 133/2019) e a reforma Administrativa. Também trata da única pesquisa divulgada após a libertação de Lula, que revela que a imagem do ex-presidente melhorou, enquanto a avaliação do governo Bolsonaro piorou.

Medidas polêmicas no Congresso Nacional sofrem resistência

A reforma da Previdência, uma das matérias prioritárias do governo, foi promulgada no último dia 12 de novembro, sem alarde. Apesar de sua importância para o governo, tanto Jair Bolsonaro quanto Paulo Guedes não estiveram presentes na cerimônia de sua promulgação, deixando para o Congresso o ônus de arcar com sua impopularidade.

Já aprovada desde o dia 23 de outubro, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), preferiu aguardar o retorno de Bolsonaro, do vice-presidente, Hamilton Mourão, e do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) de viagens internacionais para promulgá-la. Mas apenas estiveram presentes na cerimônia Rodrigo Maia, o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho e o secretário especial adjunto de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco.

Os temas que a partir de agora passam a dominar

as discussões no Legislativo são a PEC Paralela da reforma da Previdência (PEC 133/2019) e a reforma Administrativa. Ambas são consideradas bastante polêmicas e sofrem forte resistência entre os deputados. A PEC paralela abre caminho para que estados e municípios adotem as mesmas regras para os servidores. Em votação em primeiro turno, o texto-base da PEC Paralela foi aprovado com 56 votos a favor e onze contra.

Ficaram pendentes de votação quatro destaques, o proposto pelo PT, que visa assegurar 100% da média de contribuições do segurado no caso de aposentadoria por invalidez permanente; o da Rede, para estabelecer um processo progressivo que atenuie as perdas geradas pela alteração no cálculo da média salarial; o destaque do PSDB, que visa garantir o abono permanência para os servidores

públicos que já tenham esse direito, e o do PROS, que pretende suprimir da reforma a idade mínima para aposentadoria especial decorrente de atividade com exposição a agentes nocivos à saúde.

O presidente do Senado marcou a próxima etapa de votação para o dia 19 de novembro. Além de emendas ao texto principal, os senadores também precisam votar a PEC em segundo turno pelo plenário do Senado. Depois disso, a proposta ainda segue para a apreciação da Câmara dos Deputados.

Após a aprovação da reforma da Previdência, o próximo passo do governo é dar andamento à uma série de medidas econômicas. As prioridades giram em torno de três grandes temas: a reforma Administrativa, o pacto federativo e a reforma Tributária.

A reforma Administrativa propõe um novo contingenciamento, com o objetivo de equilibrar as contas públicas e reduzir as despesas obrigatórias do governo, que hoje correspondem a 19,6% do PIB e só em despesas com pessoal e encargos chegam a 4,4%.

Segundo o secretário Especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, o problema não está apenas nas contas do governo federal, estados e municípios também estão muito deficitários. A reforma pretende propor mudanças em carreiras, com redução de conquistas do funcionalismo público. O governo pretende implementar novo plano de cargos e salários e alterar o método de promoção, a partir de produtividade e avaliação de desempenho.

Entre as principais medidas da reforma Administrativa está a contratação dos servidores públicos sem estabilidade, tanto de celetistas (o que é vedado pela Constituição) quanto para funcionários temporários e concursados. A reforma também prevê a simplificação das carreiras do serviço público reduzindo as cerca de trezentas diferentes carreiras para de vinte a trinta, com progressão mais demorada.

O governo afirmou que, a princípio, a medida atingiria apenas os funcionários do âmbito federal, mas após promulgada deve mudar a relação com estados e municípios que têm número exagerado de servidores. A regra prevê ainda a contratação de profissionais do mercado mais experientes em cargos de níveis mais elevados e a redução de salários com proposta de um teto para os cargos de início de carreira.

O governo estuda a possibilidade de manter juízes, procuradores e parlamentares fora da reforma a partir da prerrogativa de não poder tratar de assuntos que dizem respeito a outros poderes. Assim, a reforma Administrativa que se pretende não vai afetar igualmente a todo servidor público, mantendo os privilégios da elite do funcionalismo público por um lado, e por outro, abrindo precedente para a perseguição e demissão por abuso de poder de funcionários públicos que não se alinham ao governo, haja vista a perda da estabilidade que o funcionário público concursado dispõe em seu favor.

A PEC é polêmica e não há consenso ainda em torno da proposta. Deveria ter sido encaminhada ao Congresso junto com o pacote de outras medidas econômicas, mas devido a fortes pressões por parte dos servidores públicos, sobretudo do Judiciário, que possui o maior teto remuneratório, férias de até sessenta dias e vantagens que turbinam o salário, como auxílio-moradia, já foi adiada três vezes. A previsão inicial é que o texto fosse apresentado ainda no final de novembro, mas Bolsonaro sinalizou que pode atrasar.

A tática do governo para acelerar a tramitação das novas medidas e articular politicamente suas aprovações foi mandar parte dos projetos para a Câmara e outra parte para o Senado. A expectativa é que a PEC do Pacto Federativo seja enviada para a Câmara, enquanto o Senado analisará as Propostas de Emenda à Constituição que compõem o Plano Mais Brasil. Os presidentes das casas legislativas, em especial o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, mantém postura semelhante à da tramitação de outras medidas, como a reforma da Previdência: desempenham o papel de atores de veto quando há reação do centrão a pontos específicos das propostas econômicas, vocalizando estas demandas, mas atuam em favor das medidas e do neoliberalismo proposto por este governo.

Plano Mais Brasil

Jair Bolsonaro entregou ao Senado um novo pacote de medidas econômicas, batizado de “Plano Mais Brasil”. São três Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que tratam de ajuste fiscal no âmbito da União e dos estados e municípios e colocam uma transformação do Estado brasileiro, em várias dimensões.

As PECs apresentadas dizem respeito a um novo pacto federativo, que descentraliza recursos da União para estados e municípios, em um montante de cerca de quatrocentos bilhões de reais nos próximos quinze anos, para serem investidos em saúde, educação, saneamento e segurança. A PEC do pacto federativo muda a repartição de recursos da União, nos moldes já proposto para a repartição dos lucros do pré-sal.

A PEC Emergencial, trabalhada no âmbito da reforma Administrativa, cria gatilhos para redução de despesas com servidores públicos quando houver dificuldade nas contas públicas e estabelece uma série de medidas "de estabilização e ajuste fiscal" para enxugar o orçamento, a serem tomadas nas ocasiões em que o governo descumprir a regra de ouro.

Entre elas está a proibição de concessão de reajuste, aumento ou adequação de remuneração a servidores públicos; de criar cargos ou funções; de alterar estrutura de carreira; de admitir ou contratar pessoal, exceto as reposições que não acarretem aumento de despesa e as decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios; de realizar concurso público; de criar ou expandir programas e linhas de financiamento; de revisar anualmente a remuneração de servidores públicos; entre outras. A PEC também permite que o governo reduza temporariamente a jornada de trabalho dos servidores em até 25%, com diminuição proporcional de salários.

A PEC dos Fundos Públicos prevê a revisão de 281 fundos públicos, a fim de liberar 220 bilhões de reais e reduzir a dívida pública federal dentro da lógica de desvincular, desobrigar e desindexar o orçamento. Os fundos públicos especiais são mantidos por recursos vinculados a receitas específicas, como tributos e royalties. Entre os fundos públicos que podem vir a ser desvinculados ou extintos estão o Fundo Nacional de Cultura e o Setorial de Audiovisual.

As PECs que compõem este plano começam a tramitação pelo Senado, e não pela Câmara, já que tratam de assuntos referentes aos estados da federação

que serão complementadas com a reforma administrativa e com a reforma tributária.

Opinião Pública

A única pesquisa divulgada após a libertação de Lula, no último dia 8 de novembro, foi a realizada pela plataforma Atlas Político, pela Internet, com duas mil pessoas de todo o país, entre os dias 10 e 11 de novembro.

A pesquisa revela que 42% consideram que a prisão de Lula foi injusta e 44% eram contra a prisão do ex-presidente, muito embora 56,5% sejam contra a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu a execução da prisão logo após o julgamento em segunda instância e apenas 29% tenham se posicionado a favor da decisão do STF.

A pesquisa também avaliou o governo Bolsonaro e, pela primeira vez, a avaliação negativa ultrapassou os 40%, chegando a 42%, quinze pontos percentuais a mais do que os que avaliam o governo como positivo (27%), enquanto 30% avaliam o governo como regular.

A pesquisa XP/Ipespe desse mês, ainda que com outra metodologia, mediu avaliação negativa do governo, semelhante em 39 pontos percentuais. Segundo o Ipespe, 32% estão satisfeitos com o governo Bolsonaro e 18% avaliam o governo como regular. Ainda, 46% têm expectativa positiva para o restante do governo e 32% negativa.

Segundo a pesquisa Atlas Brasil, a imagem de Lula é positiva para 41% dos respondentes, mas dois dias depois de deixar a prisão, ainda é ligeiramente superada por Bolsonaro (43%) e Sergio Moro (48%), que depois de ter perdido mais de dez pontos percentuais após as revelações do site The Intercept Brasil sobre a Lava Jato, pela primeira vez tem aprovação inferior a 50%.

Por fim, a pesquisa também avaliou a adesão à democracia e 75% disseram ser contrários a uma ditadura, enquanto 14% são favoráveis e 11% não souberam opinar.

JUDICIÁRIO



O mês de novembro de 2019 marcou o início da reparação de uma injustiça histórica. Mas o “Lula Livre” segue sendo uma palavra de ordem fundamental à democracia.

A libertação de Lula e a política do Judiciário

Os ministros juízes do Supremo Tribunal Federal (STF) possuem autonomia e independência funcional. Isso significa que cada um dos onze magistrados formam suas opiniões e dão os seus votos individualmente. É possível, por exemplo, que numa ação judicial o STF tenha onze opiniões diferentes sobre o seu desfecho.

Nesse caso, o que compõe as maiorias nas decisões da corte? Uma das respostas é o tal princípio da colegialidade. Esse princípio funciona como uma espécie de limitador da autonomia e independência funcional dos ministros. Por ele, entende-se que o STF é um órgão colegiado, e que dessa forma, sua funcionalidade precisa ser garantida. Assim, os ministros vão, dentro das suas convicções, tomando posições coletivas sobre as questões até que se forme uma maioria.

É extremamente raro que o julgamento de uma ação tenha mais de duas posições divergentes do relator do caso e diferentes entre si. Em regra geral, o STF se coloca em duas posições e os ministros vão aderindo a uma ou outra.

Essa foi a história do julgamento da prisão em segunda instância. Sabe-se da existência de várias opiniões dos ministros que não foram levadas em

conta no julgamento. Ali houve um nítido esforço de conformar uma maioria que defendesse a aplicação do texto constitucional e da presunção de inocência.

A análise dessa dinâmica de formação de maiorias para decisões que afetam tanto a política nacional é muito importante. Sem informações de diálogos de bastidores, o que se viu no julgamento da prisão em segunda instância foi um processo político complexo, com variáveis de interesse e de princípios defendidos pelos ministros.

Isso implica dizer que a libertação de Lula é resultado de um inusitado cenário de correlação de forças que envolveu inclusive, e isso é público, a declaração de guerra de Gilmar Mendes à república de Curitiba. Mas a pergunta que cabe nessa análise é: o que mudou? O Supremo teve ao menos cinco outras oportunidades de soltar Lula, mas escolheu manter a execução provisória da pena após a condenação em segunda instância e agora mudou.

Rosa Weber alterou sua posição e conformou a nova maioria que entendeu que os brasileiros só podem ser presos depois que tiverem os seus recursos judiciais esgotados. Lewandowski, Marco Aurélio, Gilmar, Toffoli e Celso de Melo já haviam

em outras oportunidades manifestado suas opiniões sobre o assunto.

Apesar de fundamental, o voto de Rosa não é a grande razão da liberdade de Lula. Na linha de entender “o que mudou”, é preciso que se entenda que o próprio Supremo encara a dura tarefa de se compreender num momento histórico com instituições tão debilitadas e com autoridades dedicadas ao autoritarismo.

Isso é nítido o tempo todo nos debates dos ministros. Um exemplo disso é a celeuma entre Lewandowski e Toffoli já no final do julgamento. Duramente, eles discutiram sobre o fechamento da Corte por ocasião da realização da reunião dos Brics na Esplanada dos Ministérios. Toffoli informou que Bolsonaro editara um decreto de “garantia de Lei e Ordem” que restringiu o acesso ao STF. Rapidamente, Lewandowski afirmou que o STF tem independência para determinar o seu funcionamento, e que um decreto presidencial não pode afetar o funcionamento da Corte.

Toffoli ficou nitidamente constrangido com a situação e inclusive convocou um intervalo. A volta também não foi tranquila. Nessa semana, o próprio presidente do Supremo decidiu abrir mão da decisão em que ele assumia pra si os dados sigilosos compartilhados entre Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Banco Central e Ministério Público, sem que houvesse uma decisão judicial para tal.

Esses elementos nos trazem a ideia de que há uma articulação política para garantia mínima de direitos ante as ameaças que pairam sobre o Brasil. Mas isso

não significa dizer que o Supremo está nitidamente disposto a reverter o golpe e todas as condenações de Lula, nem que interferirá no governo quando a nova barbaridade do dia for anunciada.

Isso é fundamental para entendermos a necessidade de manutenção constante da defesa da liberdade e da inocência de Lula. Ao libertar Lula com base na decisão da segunda instância, na prática, o Supremo chamou pra si a palavra que pode encerrar em definitivo a história das injustiças cometidas contra Lula.

Outros momentos importantes definirão a situação jurídica do ex-presidente. É fundamental que Moro seja considerado suspeito na condução de todos os processos, o que daria ao ex-presidente condições de um julgamento justo e imparcial. Com a suspeição de Moro declarada pelo STF, Lula passaria a ter direito a uma nova investigação e a um novo julgamento, o que o deixaria inclusive com plenos direitos políticos.

É difícil a compreensão de que algo assim possa acontecer com facilidade. Os articuladores do golpe e da eleição fraudada de 2018 não o deixariam numa simples jogada de sorte. É preciso que se mantenham os comitês Lula Livre e toda forma de resistência que a militância criou nesse período.

A verdade é que Lula está fora da prisão, mas só será livre quando a justiça estiver totalmente contemplada e o ex-presidente tiver um julgamento que faça jus à realidade, e não ao delírio autoritário capitaneado pelo ex-juiz de primeira instância que se achou o dono do Brasil.

SEGURANÇA PÚBLICA



Moro chegou ao governo como um dos superministros, mas termina o primeiro ano com uma coleção de derrotas: não conseguiu passar seu projeto para a Segurança Pública; perdeu o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para o Ministério da Economia; Lula foi solto; e ainda tem no horizonte a ameaça de o Supremo analisar o pedido de sua suspeição como juiz federal da Lava Jato – o que colocaria todo a operação em risco.

Como foi o ano de Sérgio Moro?

Não foi um ano de vitórias para Sérgio Moro e, apesar das pesquisas de opinião pública ainda indicarem um grau elevado de aprovação da figura do ministro, a verdade é que ele acumulou uma série de derrotas políticas em 2019. Este texto trará um breve balanço da atuação do ministro da Justiça e Segurança Pública ao longo do ano.

Janeiro

Sérgio Moro foi nomeado no governo e ganhou o título de “superministro”. Sem dúvida era uma das figuras mais fortes e populares do governo Bolsonaro. Montou um ministério que prometia ser rigoroso no combate à corrupção dentro de uma perspectiva lavajatista; e rigoroso no combate ao crime, a partir de uma lógica militarizada de segurança pública.

Fevereiro

Para atender a expectativa criada, enviou ao Congresso o que denomina Pacote Anticrime. O projeto de lei pretendia alterar catorze pontos de legislações federais dos Códigos Penal, Eleitoral e de Processo Penal, além da Lei de Execução Penal. A defesa do ministro Moro alegava que o escopo do projeto visava combater o crime organizado, crimes violentos e corrupção – agendas que foram importantes para a eleição de Bolsonaro.

O projeto tinha como principais pontos:

- Excludente de ilicitude para policiais: esta era uma promessa da Campanha de Bolsonaro, a chamada carta branca para matar. Um policial que matasse uma pessoa e alegasse que agiu sob “escusável medo, surpresa ou violenta emoção” poderia ficar sem nenhuma punição.

- *Plea Bargain*: modalidade de origem nos países de sistema *common law* (principal exemplo é o dos Estados Unidos), traduz-se em um acordo entre a acusação – normalmente Ministério Público – e o réu, através do qual o acusado se declara culpado das acusações, em troca de uma atenuação da pena. Nesta modalidade, caberia ao juiz apenas a anuência do acordo. O sistema gerou questionamento sobre condenação de inocentes e excessivo fortalecimento do MP, que passaria a ter poderes judiciais e legislativos, em um caminho quase sem volta para o abismo de um já discriminatório e ineficiente (principalmente para os mais pobres e negros) Sistema de Justiça Criminal. Ou seja, em situação de extrema vulnerabilidade, pobres, muitas vezes sem acesso a um processo justo e mal instruídos, tenderiam a fechar qualquer tipo de acordo, mesmo sendo inocentes.

- Introdução do *whistleblower* ou informante do bem: o denunciante de crime de corrupção receberia 5% do valor ressarcido pela Justiça – prática parecida ao que ocorria nos processos de delação premiada da Lava Jato.

- Medidas para endurecer o cumprimento da pena, como decretar, para determinados crimes, o fim da possibilidade de redução da pena por bom comportamento e/ou de liberdade condicional.

- Criminalização do Caixa Dois: que passaria a ser de competência da Justiça Comum e não mais da Eleitoral.

- Mudanças para garantir a prisão após Julgamento em segunda instância: A Constituição de 1988 garante a presunção da inocência, ou seja, ninguém pode ser preso até que se transite em julgado a sentença. Todo cidadão teria direito a recorrer até a última instância (STF, STJ) até a execução da pena.

Interessante perceber que a tramitação do projeto passou a ser um termômetro da força do ex-juiz dentro do governo. Desde o primeiro instante que o texto foi divulgado, passou a receber críticas de entidades, instituições e especialistas em Direito Penal e Segurança Pública (como Instituto Sou da Paz, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Instituto de Defesa pelo Direito à Defesa, Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, Ordem dos Advogados do Brasil, defensorias estaduais, entre outras), além

de resistência por parte do Congresso em aceitar os pontos propostos.

O próprio presidente da Câmara de Deputados Rodrigo Maia (DEM-RJ) – em alinhamento com o grupo econômico do governo – sinalizou que a prioridade da Câmara seria a reforma da Previdência, em conjunto com as reformas econômicas, ficando para depois pautas que, segundo Maia, polemizam e dividem o plenário.

Março

No mês seguinte ao envio do projeto de Moro ao Congresso, Rodrigo Maia desmereceu o trabalho do ministro publicamente, alegando que ele teria copiado e colado de um antigo projeto de Alexandre de Moraes, atual ministro do STF e ministro da Justiça do governo Temer. Além disso, ainda em março, Maia criou grupo de trabalho para avaliação do projeto, que adiou sua tramitação e expôs o material a dois já conhecidos opositores de Moro neste debate, os deputados Paulo Teixeira (PT) e Marcelo Freixo (Psol).

Maio

A Câmara dos Deputados aprovou por 228 votos a favor e 210 contrários – a volta do Coaf para o Ministério da Economia. Como é um órgão de inteligência financeira do governo federal que atua principalmente na prevenção e no combate à lavagem de dinheiro, a medida foi entendida como uma afronta a Sergio Moro.

Junho

Iniciaram as publicações do Intercept Brasil que revelaram a parcialidade do ex-juiz no processo do julgamento do ex-presidente Lula e toda a Lava Jato.

Agosto

Sergio Moro lançou um projeto piloto com grande publicidade, o “Em frente, Brasil”, que pretendia reduzir taxas de criminalidade em cinco cidades – Ananindeua (PA), Goiânia (GO), Paulista (PE), São José dos Pinhais (PR) e Cariacica (ES) –, por meio da

articulação de políticas públicas entre ministérios, órgãos estaduais e municipais. Não foi publicado o orçamento reservado para o programa nem o calendário de implementação para o restante do país, o que levantou dúvidas sobre a qualidade dessa política pública. Apesar de após dois meses ter havido redução nas taxas de criminalidade, especialistas alegam que o programa tem poucas condições de se consolidar e universalizar para todo o país.

Outubro

O governo federal, na tentativa de elevar o prestígio do ministro e apresentar alguma pauta positiva para a sociedade em meio a uma crise econômica e falta de geração de emprego e renda, lançou uma campanha publicitária de defesa do Pacote Anticrime do ministro no valor estimado de dez milhões de reais. A campanha tinha como público-alvo parlamentares, servidores públicos, agentes de segurança pública e formadores de opinião e previa a divulgação de filmetes em que familiares de vítimas relatam experiências com a violência, associando-a com a impunidade.

O plano não deu certo e o uso de peças publicitárias oficiais foi vetado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no mesmo mês. A Corte entendeu que não era correto o governo patrocinar propagandas de projetos ainda em discussão no Parlamento. A estratégia de fazer pressão externa aos parlamentares também foi criticada por Maia.

Novembro

O projeto anticrime segue sendo a principal bandeira de Moro à frente do Ministério da Justiça. A proposta do ex-juiz da Lava Jato, no entanto, já foi desidratada no Grupo de Trabalho da Câmara ao longo dos meses que se seguiram à apresentação

no Congresso. Até agora, o GT derrubou pontos importantes do texto, como o *plea bargain*; a obrigatoriedade do uso de videoconferência em audiências; a prisão em segunda instância - que não poderia ser feita nem por meio de emenda à Constituição com maioria qualificada, já que é cláusula pétrea; o fim do excludente de ilicitude - que ganhou muita repercussão após o assassinato da menina Ágatha, de 8 anos, no Complexo do Alemão, zona norte do Rio.

Havia a possibilidade de o texto final do Pacote Anticrime, com o conjunto de tópicos aprovados pelo grupo de trabalho, ser submetido à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara ou a uma comissão especial que analisasse o tema. O presidente da Casa, Rodrigo Maia, contudo, diz que o pacote será submetido diretamente ao plenário, onde poderá sofrer mais alterações. Depois disso, vai ao Senado. Se houver mudanças, volta para a Câmara para uma votação final. A seguir, vai a sanção ou veto presidencial. Em caso de veto, o Congresso, em sessão conjunta da Câmara e do Senado, poderá derrubá-lo pela votação da maioria de seus integrantes. Com a já demonstrada baixa capacidade de Moro de fazer articulação política, as perspectivas para o ex-juiz não são as mais positivas.

Além disso, a maior derrota: o Supremo decidiu contra a prisão após segunda instância e o ex-presidente Lula está solto. Ainda no horizonte, também, a ameaça de o STF analisar o pedido de sua suspeição como juiz federal da Lava Jato - o que colocaria toda a operação em risco.

Com poucos aliados em Brasília para passar sua principal agenda no Congresso, o “superministro” não mais parece tão super assim e acaba recorrendo ao que lhe resta: redes sociais e suas páginas pessoais para replicar imagens de apoio ao seu projeto.

SOCIAL



Nesta seção é apresentado um panorama do mercado de trabalho brasileiro a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), seguido de uma análise do programa “Educação em prática” lançado pelo governo federal.

Mercado de trabalho expande a precarização

No mercado de trabalho, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE apontam uma taxa de desocupação de 11,8% no trimestre de junho a setembro de 2019. A taxa representa 12,5 milhões de pessoas em busca de trabalho, ficando estatisticamente estável em relação ao mesmo trimestre de 2018. A população ocupada, segundo a pesquisa, cresceu 1,5 milhão em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, atingindo 92,3 milhões de pessoas.

A ocupação não teve um crescimento puxado pelo emprego com carteira assinada, que chega a 33,1 milhões, e ficou estável em relação ao mesmo trimestre de 2018: foi a categoria de empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado que puxou o crescimento da ocupação, chegando a 11,8 milhões de pessoas. Os trabalhadores por conta própria foram recorde no trimestre, alcançando 24,4 milhões de pessoas.

Já a população subutilizada (formada pelo número de subocupados por insuficiência de horas + desocupados + força de trabalho potencial) chegou a

27,5 milhões de pessoas, estatisticamente estável em relação ao mesmo trimestre de 2018. Os desalentados – aqueles que desistiram de procurar emprego – chegaram a 4,7 milhões.

Os dados mostram que a tônica do mercado de trabalho tem sido a expansão dos vínculos sem carteira e da precarização: para os trabalhadores brasileiros a crise está longe de acabar.

Apesar deste quadro, as propostas do governo para a economia, como mostra o “pacotão” de Guedes lançado neste mês e composto de três PECs, continuam sendo de redução dos gastos públicos e devem agravar o quadro no mercado de trabalho. Além disso, ao invés de taxar as grandes fortunas, o governo quer a “taxação de grandes pobres” com o programa verde-amarelo apresentado ao país em forma de medida provisória também neste mês de novembro: quem estiver recebendo seguro-desemprego vai ter um desconto de 7,5% no valor recebido, que será destinado a financiar o INSS dos jovens que participem do programa Verde e Amarelo.

Educação em prática

O governo federal lançou neste mês o programa “Educação em prática”, com o intuito de que instituições de educação superior públicas e privadas abram espaço para estudantes do ensino fundamental (do sexto ao nono anos) e do ensino médio. A ideia do governo é de que vivenciando profissões haja redução da evasão escolar. O MEC afirma que o programa tem a finalidade de “contribuir para a ampliação, com qualidade, da jornada escolar”, efetivando a implementação do Novo Ensino Médio e do Ensino Médio em Tempo Integral.

Segundo o Ministério da Educação, “o intuito é que as instituições de ensino superior disponibilizem conteúdos, professores e espaços físicos, como laboratórios de ciências, física, robótica, sala de computadores, música e quadras de esporte, por exemplo.” Porém, isso ocorreria sem nenhuma contrapartida financeira específica para o programa. A única contrapartida seria um bônus no sis-

tema de avaliação para as instituições de educação superior que aderirem ao programa.

Especialistas têm apontado que o programa está desconectado do Plano Nacional de Educação (2014–2024) e que ao se buscar itinerários formativos em outras instituições fora da educação básica se descaracteriza o que seria o sistema da própria educação básica. Além disso, ao não prever mais recursos para as instituições que aderirem ao programa, a proposta do governo aumenta as atribuições dos professores da educação superior, que além de se ocupar das atividades de ensino de graduação e pós, pesquisa e extensão, devem se ocupar também da educação básica. Ainda, é de se questionar a proposta de fornecer bônus (ainda a definir a forma) na avaliação de instituições que aderirem ao programa, o que poderia explicar que grande parte das instituições que apoiaram o programa em seu lançamento são representantes de instituições privadas, que ainda têm (em termos gerais) uma avaliação pior do que a das instituições públicas.

ECONOMIA



De olho nos recursos parados nos Fundos Setoriais, que, não fosse pela austeridade renitente deveriam servir para fomentar setores específicos da economia brasileira, Paulo Guedes consegue propor o pior: direcioná-los sem escalas para o bolso dos rentistas.

Neoliberalismo por medidas rápidas e radicais

O desastre econômico produzido na vizinha Argentina pela agenda neoliberal de Mauricio Macri - apoiado por papers e 57 bilhões de dólares do FMI - tem repercutido de forma um tanto estranha entre os mercadistas que habitam o lado de cá da fronteira. Governantes de cashmere nos ombros, analistas de grandes bancos, jornalistas da mídia corporativa e o superministro da Economia alegam que o pecado de Macri foi o “gradualismo”, isto é, o ritmo homeopático na implantação das medidas liberalizantes. Ato contínuo, a solução seria promover o neoliberalismo por meio de medidas rápidas e radicais, mudando de forma imediata e profunda a institucionalidade econômica do país.

De fato, por mais torpe e peculiar que seja essa perspectiva, o ministro Paulo Guedes parece empenhado em seguir com a estratégia de choque neoliberal. Com leviandade e açodamento, tem direcionado ao Congresso Nacional uma rajada de propostas liberalizantes, tão variadas quanto estapa-fúrdias, algumas na forma de Proposta de Emenda

da Constitucional (PEC), outras empacotadas como medidas provisórias (MPs).

Nesta toada, as primeiras semanas de novembro foram especialmente frenéticas. O superministro da Economia aproveitou a comemoração de trezentos dias de governo Bolsonaro para sapear três PECs e uma MP (905), todas francamente orientadas para desconstruir instituições de fundamental importância para as ações do Estado nacional. Se Getúlio Vargas teve o mérito de criar a “ossatura do Leviatã brasileiro”, Guedes tem se dedicado a acelerar sua osteoporose com mão pesada e visibilíssima.

Entre as três PECs - todas questionáveis, disfuncionais e potenciais promotoras de maior descalabro social e econômico - uma em especial prima pela aberração. Trata-se da PEC dos Fundos Públicos, anunciada com pompa e circunstância pela equipe econômica de Guedes como estratégia do governo para economizar 220 bilhões de reais, com eles abater a dívida pública e assim reanimar o “espírito animal” dos investidores capitalistas.

Para início de conversa, a assessoria do Guedes parece não ter sequer se preocupado em mostrar os números reais dos orçamentos (aprovados e executados) dos tais Fundos Públicos. Conforme se pode observar no quadro abaixo (elaborado a partir do Portal da Transparência pelo economista e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, André Calixtre) há de fato um grande

valor destinado aos Fundos e, por quase criminoso que seja, boa parte deles não é executada. O país morrendo à míngua, desempregados arrumando os lençóis nas calçadas, crianças de volta aos semáforos e, por exemplo, 17,9 bilhões de reais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação ainda estão parados no caixa do governo.

Recursos Alocados nos Fundos Setoriais - 2019

Fundos Selecionados	Orçamento Aprovado* (A)	Orçamento Realizado (B)	Percentual Executado	Disponível (A-B)
Fd. do Regime Geral da Previdência Social	634.782.575.187,00	495.309.541.945,26	78,0%	139.473.033.241,74
Fd. de Amparo ao Trabalhador	79.957.918.226,00	63.748.399.529,78	79,7%	16.209.518.696,22
Fd. Nacional de Assistência Social	62.409.405.336,00	49.873.508.364,45	79,9%	12.535.896.971,55
Fd. Nacional de Desenv. da Educação	54.538.946.213,00	36.587.547.734,61	67,1%	17.951.398.478,39
Fd. Const. do Distrito Federal	14.269.746.389,00	11.912.526.646,44	83,5%	2.357.219.742,56
Fd. Const. de Financiamento do Nordeste	8.183.026.398,00	6.408.854.934,97	78,3%	1.774.171.463,03
Fd. Nacional de Desenv. Científico e Tecnológico	5.650.816.431,00	356.849.728,32	6,3%	5.293.966.702,68
Fd. de Defesa da Economia Cafeeira	5.273.207.319,00	3.771.617.988,94	71,5%	1.501.589.330,06
Fd. Aeronáutico	3.920.405.049,00	1.397.148.962,62	35,6%	2.523.256.086,38
Fd. Nacional de Aviação Civil	2.911.100.071,00	304.414.234,28	10,5%	2.606.685.836,72
Fd. do Exército	2.759.931.246,00	1.772.012.380,88	64,2%	987.918.865,12
Fd. Const. de Financiamento do Norte	2.727.675.461,00	2.136.284.974,79	78,3%	591.390.486,21
Fd. Const. de Financiamento do Centro-Oeste	2.727.675.461,00	2.080.975.308,40	76,3%	646.700.152,60
Fd. Nacional de Segurança Pública	1.773.357.407,00	161.966.435,89	9,1%	1.611.390.971,11
Fd. Nacional de Cultura	1.449.342.691,00	7.701.773,37	0,5%	1.441.640.917,63
Fd. de Universalização dos Serviços de Telecom.	1.145.574.925,00	9.997,90	0,0%	1.145.564.927,10
Fd. de Compensação de Variações Salariais	1.129.739.769,00	447.807.711,12	39,6%	681.932.057,88
Fd. Nacional de Segurança e Educação de Trânsito	921.925.860,00	51.900.053,41	5,6%	870.025.806,59
Fd. Penitenciário Nacional	912.532.512,00	64.655.635,76	7,1%	847.876.876,24
Fd. de Desenv. do Nordeste	650.268.577,00	-	0,0%	650.268.577,00
Fd. para o Desenv. Tecnológico das Telecom.	504.488.099,00	10.000.000,00	2,0%	494.488.099,00
Fd. de Desenv. da Amazônia	395.502.456,00	-	0,0%	395.502.456,00
Fd. Nacional sobre Mudança no Clima	357.009.939,00	1.566,61	0,0%	357.008.372,39
Fd. de Terras e da Reforma Agrária	300.000.000,00	133.876.313,98	44,6%	166.123.686,02
Fd. de Imprensa Nacional	272.321.414,00	143.418.306,52	52,7%	128.903.107,48
Fd. de Desenv. do Ensino Profissional Marítimo	241.268.483,00	37.850.544,54	15,7%	203.417.938,46
Fd. de Garantia p/ Promoção da Competitividade	184.071.411,00	-	0,0%	184.071.411,00
Fd. Geral de Turismo	166.679.795,00	-	0,0%	166.679.795,00
Fd. de Desenv. do Centro-Oeste	160.572.237,00	-	0,0%	160.572.237,00
Fd. Nacional de Habitação de Interesse Social	136.651.317,00	4.784.089,91	3,5%	131.867.227,09
Fd. Nacional do Meio Ambiente	51.792.229,00	259.758,41	0,5%	51.532.470,59
Fd. Nacional Antidrogas	47.554.063,00	334.883,54	0,7%	47.219.179,46
Fd. Nacional para a Criança e o Adolescente	25.330.543,00	-	0,0%	25.330.543,00
Fd. Nacional do Idoso	15.019.669,00	-	0,0%	15.019.669,00
Total Geral	890.953.432.183,00	676.724.249.804,70	76,0%	214.229.182.378,30

*Orçamento atualizado de nov/2019

Fonte: Portal da Transparência; Elaborado por André Calixtre (IPEA)

Como se não bastasse, em plena era da “revolução digital” e da “Indústria 4.0” a obsessão fiscalista do governo mantém inativos 1,145 bilhão de reais no Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e outros 494,5 milhões de reais descansando no Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações. Enquanto a ciência brasileira definha e alunos de pós-graduação perdem suas bolsas, um total de 5,3 bilhões de reais seguem bloqueados no décimo primeiro mês do ano no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Enquanto mais de trezentos mil presos sem julgamento na primeira instância seguem espremidos em cadeias e prisões abarrotadas, verdadeiras universidades do crime, 847 milhões de reais são sorrateiramente mantidos no remanso das planilhas, para que o Ministério da Economia cumpra com sua meta de déficit primário.

Esses números, entre tantos outros, são um lastimável retrato da insensatez fiscal que tem vigorado no Brasil há alguns anos. Em nome do princípio da “responsabilidade fiscal” se cometem atrocidades como essas que, lá na ponta, na baixada fluminense, na periferia de Ananindeua ou na cracolândia

de Sampa se manifestam na forma de descarte de gente, viva ou morta.

Pois bem, aí surge o irrequieto Paulo Guedes e se anima com essa grana polpuda represada nos escaninhos dos fundos. Marotamente, usa o número total do saldo disponível (214 bilhões de reais) – inflados para 220 bilhões de reais no powerpoint do material distribuído para a imprensa – para dizer que, além de acabar com a maioria dos fundos, destinará os recursos parados para quitar a dívida pública.

Barbaridade! Primeiro, porque na verdade a maioria daqueles saldos está congelada por determinação do próprio Ministério da Economia para que possam ser contabilizados positivamente no resultado fiscal primário do governo federal. Segundo, porque em vez de serem descongelados para serem aplicados em seus objetivos finalísticos, definidos em leis e na Constituição, o que move Paulo Guedes é a possibilidade de tornar ainda mais estéreos os recursos desses fundos, transferindo seus valores diretamente aos detentores dos títulos da dívida pública, para os quais o ministro e grande parte de sua equipe operavam até alguns meses atrás.

FEDERALISMO



Esta seção trata do pacote de Guedes, que prevê extinguir municípios com menos de cinco mil habitantes e que não tenham ao menos 10% de seu orçamento oriundos da arrecadação feita pela prefeitura. Prevê também desobrigar os entes de gastos com saúde e educação, além de suspender financiamentos com bancos públicos e de fomento.

O pacote de Guedes e os municípios

Uma das propostas do governo é extinguir os municípios com menos de cinco mil habitantes e que não tenham ao menos 10% de seu orçamento oriundos da arrecadação feita pela prefeitura - Imposto sobre Serviços (ISS), Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto sobre a Transmissão de Bens Intervivos (ITBI), além de taxas.

Ou seja, exceto os recursos municipais que são arrecadados por outro ente, como o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), 50% pertencente ao município, a cota-parte do ICMS (25% retorna aos municípios), arrecadados pelos estados, e parte dos municípios do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), correspondente a 24,5%, arrecadados pela União e repassados por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A medida afeta cerca de 25% dos municípios brasileiros, que seriam, já em 2025, absorvidos por um município vizinho. Tal medida não considera as histórias, distâncias ou outro elemento de caráter social, econômico ou cultural que tenham levado à criação desses municípios. Apenas os extingue de maneira profundamente autoritária, sem diálogo

seja com os próprios municípios, seja com as entidades representativas.

Em nota, Associação Brasileira de Municípios (ABM) aponta que:

“A grande maioria dos pequenos municípios encontra-se em áreas rurais, muitas vezes a centenas de quilômetros da cidade média mais próxima, e, para esses, a emancipação representou uma grande vitória. Certamente, a vida do povo mais pobre e desassistido é que será duramente atingida pelas propostas do governo.”

A desvinculação orçamentária

Outra das medidas do pacote é a desobrigação de gastos com saúde e educação pelos entes. A Constituição exige que os municípios e estados utilizem 25% de sua receita em educação e a União 18%. Define ainda que municípios devem destinar ao menos 15% de suas receitas à saúde, estados 12% e a União 10%.

Segundo a proposta apresentada por Guedes, serão somados os percentuais no orçamento que cada ente tem hoje obrigação de utilizar em saúde

e educação e caberá à gestão a definição de quanto deverá ser encaminhado para cada área.

Para os municípios, mesmo aqueles com muitos problemas orçamentários, não refresca nada. Primeiro, porque ele gastam hoje muito mais do que a obrigação constitucional.

A média dos orçamentos municipais direcionados à saúde supera os 20% (bem acima dos 15% obrigatórios) e, em geral, são utilizados os 25% obrigatórios do orçamento com educação. O mesmo não ocorre com os estados, que, muitas vezes, utilizam subterfúgios para comprovar os 12% que deveriam investir em saúde. E os 10% que a União deveria investir em saúde, recentemente regulamentados.

Ocorre que a desobrigação para os estados e a

União é vista como um risco muito grande, uma vez que estes entes podem acabar investindo menos em saúde, sobrando para o município prestar os serviços, o que provocaria aumento dos recursos hoje direcionados à saúde.

Suspensão dos financiamentos pelos bancos estatais

A ABM - Associação Brasileira de Municípios - divulgou nota em que se posiciona contra as PECs: “Também preocupa a possibilidade de suspensão de financiamentos com bancos públicos e de fomento. Com o congelamento de investimentos, pela União, por vinte anos, aos municípios resta muitas vezes buscar empréstimos para qualquer obra que a população necessite.”

TERRITORIAL



A área ambiental é uma das mais cruelmente castigadas neste primeiro ano da gestão do governo Bolsonaro. Não bastassem as ações de desmonte da política de proteção ambiental, o país ainda passou por pelo menos quatro tragédias ambientais sem que o governo federal demonstrasse eficácia ou efetivo interesse em combatê-las.

Desastres ecológicos e a política de desmonte ambiental

Após décadas de evolução e consolidação, o ano de 2019 já ficou marcado como o de maior desconstrução da política de proteção ambiental brasileira. Fora os discursos incentivadores para exploração das áreas ambientalmente protegidas do país, que ampliam a permissividade aos infratores, o governo atua firmemente para afrouxar leis e sucatear órgãos de preservação ambiental. E muitos são os exemplos deste desmonte, tais como:

- desestruturação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com perdas de autonomia de técnicos e de segurança em campo até de fiscais ambientais;
- transferência do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente para o Ministério da Agricultura;
- flexibilização e redução das multas por crimes ambientais e institucionalização desta prática por

meio do projeto de criação do “Núcleo de conciliação”, que poderá mudar o valor ou até mesmo anular multas por crimes ambientais. Apesar do número de infrações ambientais ter aumentado significativamente em 2019, o número de multas regrediu em cerca de 30%;

- contestação dos dados oficiais de desmatamento do sistema Deter, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), criado pelo governo Lula em 2004 e que possibilita o ágil diagnóstico de áreas desmatadas. Além da demissão do diretor do Instituto ao ser confrontado tecnicamente;
- interrupção do bilionário Fundo Amazônia, que financiava mais de uma centena de projetos de proteção da Amazônia e seus povos e teve os recursos suspensos pelas fontes doadoras (Noruega e Alemanha) devido ao aumento do desmatamento e à extinção de Conselhos que faziam a gestão dos recursos;
- proposta de revisão das Unidades de Conserva-

ção do país, que poderão ter os seus traçados revis-
tos ou ser até extintas;

- recriminação de fiscais ambientais que, amparados legalmente, destruíram equipamentos apreendidos usados por madeireiros e garimpeiros criminosos;

- proposta de regularização fundiária via autodeclaração, que permitiria a grileiros a legalização de terras apropriadas ilegalmente;

- redução da cobrança de tarifas ambientais para quem visita Fernando de Noronha, reduzindo em consequência os recursos para manutenção da ilha, sem indicação de fonte de recursos alternativa;

- propostas para redução de terras indígenas e áreas remanescentes de quilombos;

- aumento da violência no campo e contra os indígenas;

- visão governamental de que o indígena deve viver da mesma forma que a população não indígena urbana;

- liberação excessiva de agrotóxicos, alguns inclusive proibidos em outros lugares do mundo;

- revisão de tributos ambientais aplicados a empresas que causam alto e negativo impacto ambiental;

- a escolha de um ministro do Meio Ambiente que, além de já ter sido condenado por crime ambiental, não considera para sua prática de trabalho a temática do aquecimento global e que defende os interesses do agronegócio em detrimento dos ambientais;

- o exemplo de impunidade ao exonerar o servidor que multou o atual presidente por pesca ilegal em 2012;

- revisão da lista de espécies aquáticas ameaçadas após um pedido do Ministério da Agricultura;

- autorização, por parte do presidente do Ibama, do leilão de sete blocos de petróleo localizados em regiões de alta sensibilidade ambiental, como no Arquipélago de Abrolhos, ignorando os relatórios técnicos da própria equipe do Instituto;

- possível desalojamento de centenas de famílias quilombolas e de descendentes dos índios Tapuias que já residem há séculos na região do entorno do Centro de Lançamento de Alcântara (MA), devido à expansão e concessão aos Estados Unidos.

O agravante deste desmonte da política ambiental em curso é que viola ainda mais uma área que já é de grande fragilidade: florestas e povos que não possuem meios de autodefesa diante da grandiosidade e diversidade das agressões. Algo que, além de desumano, é de baixa eficácia econômica para o país, vide os crescentes boicotes internacionais a produtos brasileiros. Não por acaso, este primeiro ano do governo Bolsonaro também sido marcado por grandes tragédias ecológicas causadas por crimes ambientais.

Rompimento da barragem de Brumadinho

O rompimento da barragem ocorrida na planta de mineração de ferro da empresa Vale em Brumadinho (MG) deixou 253 mortos e dezessete oficialmente desaparecidos até o momento. A Vale do Rio Doce foi, mais uma vez, responsável por um desastre criminoso em Minas Gerais, que poderia ter sido evitado com manutenção, investimentos em itens de segurança e fiscalização. As vítimas do rompimento desta barragem se juntam agora na dor e na disputa contra as manobras judiciais da Companhia, aos atingidos pelo rompimento da barragem em Mariana (MG), em 2015, que ainda clamam por justiça e indenizações.

Após este crime ambiental, as medidas tomadas pelo governo federal e acima citadas vão na contra-mão dos procedimentos de mitigação de riscos indicados por normas nacionais e internacionais, que pregam pela maior rigidez da legislação ambiental e da avaliação dos riscos em barragens, pelo aumento da fiscalização de empresas mineradoras e a melhor estruturação de órgãos de controle ambiental.

Em suas declarações, Bolsonaro também mostrou ser a favor da exploração irrestrita dos recursos naturais em áreas de proteção. No mesmo caminho, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, chegou a defender um licenciamento ambiental simplificado e autodeclaratório, que responsabilizaria as pessoas físicas pelos laudos e não as empresas do setor da mineração. O ministro também se reuniu em setembro para ouvir as demandas de líderes garimpeiros, alguns deles denunciados por comércio ilegal de ouro, invasão de terras indígenas e outras violências.

Crescimento recorde do desmatamento na Amazônia

As queimadas na Amazônia brasileira apresentaram crescimentos recordes e chamaram a atenção do mundo, tendo repercussões na imprensa tradicional e nas mídias sociais, e deflagraram uma crise internacional em pleno o início do governo Bolsonaro.

O crescimento do ritmo do desmatamento é um dos grandes responsáveis por emissões de gases de efeito estufa no Brasil, ocasionando mudanças climáticas e distanciamento das metas pactuadas em torno do Acordo de Paris. Em seu discurso na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, o presidente Jair Bolsonaro negou que esteja acontecendo algo errado na Amazônia. Apresentando sua visão negacionista, ultraconservadora e antiindigenista, banalizou as queimadas ocorridas no país. Em meio a essa fala ideológica, que separa o Brasil das demais nações, Bolsonaro só se esqueceu de mostrar os dados da realidade.

A média de desmatamento da floresta até outubro deste ano foi 83% superior ao mesmo período de 2018, que, por sua vez, já apresentou um crescimento de 8% em relação a 2017. No entanto, com a consolidação das práticas ambientais do novo governo, estes índices superaram 200% de crescimento em julho e agosto. O número de focos de queimadas também aumentou em 2019, cerca de 82% em relação a 2018. Muitos indígenas tiveram suas terras invadidas, sofreram violências e foram inclusive assassinados.

Ao encontrar-se encurralado pela desestruturação da política ambiental brasileira e pelo aumento do desmatamento, o presidente declarou que as queimadas estariam sendo feitas por ONGs para chamar atenção internacional. Como de costume o presidente não apresentou nenhuma prova ou evidência a respeito. Na verdade, as queimadas estão sendo usadas para limpar a terra de áreas recém-desmatadas, majoritariamente para que seja utilizada para atividades econômicas como cultivo agrícola ou pastagem para gado - conforme apontado por estudo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

Em vez de acusar os ambientalistas pelos incêndios, o atual presidente deveria aumentar a fiscalização e a criminalização dos desmatadores, bem como não poderia ter realizado corte de recursos

para a estruturação do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) e o outro de mais de cinco milhões de reais para a fiscalização e o combate aos incêndios realizados pelo ICMBio. Os cortes orçamentários reduziram em quase 25% o total de brigadistas temporários contratados para conter as queimadas.

Derramamento de óleo na costa litorânea brasileira

A tragédia do derramamento de petróleo cru, que se iniciou e abrangeu todos os estados do Nordeste brasileiro, só aumenta e cada semana ganha novos infelizes capítulos e territórios. Até agora já foram atingidas mais de quinhentas praias no país e uma extensão superior a três mil quilômetros do litoral maranhense ao capixaba. Devido às correntes marítimas, o petróleo cru segue rumo ao Sul do país, podendo chegar em dezembro ao Rio de Janeiro se não for contido. No outro extremo, ele voltou a aparecer em diversas praias nordestinas que já haviam sido superficialmente despoluídas.

Além da perigosa mortandade marinha que este derramamento vem causando e ainda pode causar, muitos casos de pessoas com infecção já foram registrados, notadamente entre os voluntários e pescadores. O risco é ainda maior caso se consumam pescados contaminados, o que pode levar a doenças mais graves.

O desastre também afeta a economia local, atingindo majoritariamente os setores de pesca e de turismo, que são as vocações econômicas e de sobrevivência predominantes nas localidades afetadas. Cerca de 1,4 milhão de trabalhadores estão com seus empregos em risco, ou já com impedimento de atuação. Juntos somam uma massa de renda mensal de quase 1,5 bilhão de reais.

Nesta tragédia, além da ineficácia governamental, o que também causa preocupação é não se saber ao certo a quantidade de óleo que foi despejada no mar. Estimativas especulam um volume de até quinze mil toneladas de petróleo cru derramado. Como até meados de novembro foram recolhidas cerca de quatro mil toneladas, sendo que metade deste volume pode ser composto por areia, pode haver ainda muito petróleo a aparecer e por recolher.

Enquanto esse derramamento evoluía, o governo federal demonstrou sua já tradicional lentidão e descompromisso para lidar com situações ambientais, começando a agir somente quando a catástrofe abalou mais fortemente sua imagem frente à população e à comunidade internacional.

Não bastasse isto, vale a lembrança de que a gestão Bolsonaro extinguiu, em abril deste ano, os comitês do plano de ação de incidentes com óleo, que poderiam agilizar e organizar atuações contra o espalhamento do óleo logo em seu início. Em um país com tamanha zona costeira e com grandes explorações de petróleo, esta extinção demonstrou-se uma atitude de grande irresponsabilidade.

Pantanal tem incêndio recorde

Os incêndios no Pantanal, a maior planície alagada do planeta, cresceram quase dois mil por cento em outubro deste ano (2.430 focos de incêndio) em relação ao mesmo mês do ano passado (119). Somente no estado do Mato Grosso do Sul, cerca de 1,5 milhão de hectares foi queimado, algo como quinze cidades de São Paulo, em termos de área.

Os incêndios na região são anualmente rotineiros, mas em 2019 eles apresentaram proporções muito maiores e em diversas direções. Segundo o coordenador da Defesa Civil do estado do Mato Grosso do Sul, Fábio Catarinelli, noventa por cento das queimadas são de causa humana, seja por ação ou omissão. Fazendeiros fazem uso delas principalmente para limpar áreas de pasto, ou ainda para plantio, além de outros, que se aproveitam para a exploração irregular dos recursos naturais.

Apesar de eficientes, as brigadas de bombeiros foram insuficientes para conter o fogo. Somente as

fortes chuvas, que ocorreram de 8 a 10 de novembro, foram efetivas para controlar queimadas, que já estavam em um patamar anormal desde setembro.

Mas a situação, nos dias atuais, sempre pode piorar, infelizmente. No dia 5 de novembro, o presidente Jair Bolsonaro revogou um decreto de 2009, que proibia o avanço das plantações de cana-de-açúcar sobre os biomas pantaneiro e amazônico. Além do dano ecológico, há também o econômico, pois este decreto dava ao etanol brasileiro o diferencial ambiental no mercado mundial ao proteger biomas importantes. Em consequência, aumenta o risco internacional de boicote ao açúcar brasileiro.

Por conta das queimadas, estruturas foram danificadas e serviços públicos e de internet deixaram de ser oferecidos em alguns municípios da região. Estradas tiveram que ser evitadas. Hospitais registraram aumento no número de internados devido a inalação de fumaça. Além disto, foram identificados muitos animais mortos por asfixia da fumaça ou queimados, inclusive alguns já em risco de extinção, como a arara-azul.

Em suma, em termos ambientais, o primeiro ano do governo Bolsonaro está sendo caracterizado pelo desmonte da política ambiental, pelo avanço maciço do desmatamento nos biomas brasileiros, pela permissividade com a exploração ilegal dos recursos naturais do país e pela ineficiência e desinteresse na mitigação das tragédias e crimes ambientais até então ocorridos. Estes fatos vieram acompanhados por conflitos sociais pelo uso da terra e resultaram no aumento da violência no campo e na mata. Para além do aspecto humano, as consequências vêm potencializando e causando boicotes comerciais de países importadores, o que coloca em risco negociações como as do possível acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia.

COMUNICAÇÃO



Esta seção analisa o posicionamento editorial dos grupos da mídia tradicional brasileira em relação a dois fatos: a decisão do STF contrária à prisão em segunda instância e a libertação do ex-presidente Lula. Apon-ta também que o governo federal foi motivo de reportagens em jornais estrangeiros por seus problemas e polêmicas e analisa o comportamento das redes sociais sobre os pontos-chave do governo Bolsonaro.

Para a mídia tradicional, Lula livre acentua polarização

Os principais grupos da imprensa tradicional brasileira publicaram editoriais sobre a posição do Supremo Tribunal Federal (STF), contrária à prisão em segunda instância. De forma unânime, ignoraram que a decisão significa respeito à Constituição e a analisaram como um retrocesso, que supostamente favorece os criminosos de colarinho branco.

Já a libertação do ex-presidente Lula, que ocorreu na sequência, foi mostrada em editoriais como algo que acentua a polarização entre a esquerda e a direita.

De acordo com a análise do Manchetômetro, os jornais *O Globo*, *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*

negam a contribuição do ex-presidente para a política nacional, rejeitam sua intervenção no presente, denunciando-a como extremista, antidemocrática e populista, e o responsabilizam por supostamente promover a polarização política no país. Bolsonaro marca presença nas três narrativas como o antípoda de Lula, aquele que cumpre a função de demonstrar o quão o ex-presidente está radicalizado.

A narrativa reforça que a saída de Lula da prisão da Polícia Federal fortalecerá a polarização da política brasileira, com prejuízos às instituições democráticas. Ao colocarem Lula no nível de Bolsonaro, os jornais o mostram como uma ameaça à

democracia e lançam sobre suas ações um manto de ilegitimidade.

O *Estadão* publicou, em 9 de novembro, o editorial “O mundo não acabou”, sobre a decisão do STF contrária à prisão em segunda instância, no qual defende que o Legislativo mude a Constituição. “O STF analisou a constitucionalidade de um artigo do CPP, declarando-o constitucional. Se o que a lei dispõe traz danos ao sistema de Justiça, o caminho institucional para sua correção é o recurso à Casa da representação do povo. Numa República, esse é o único caminho legítimo e sadio”.

Na mesma linha foi o jornal *O Globo*, que publicou no dia 10 um editorial onde apontou o combate entre Lula e a Operação Lava Jato como fundamental na mudança de compreensão do Supremo quanto à prisão em segunda instância.

No editorial “Retrocesso penal”, publicado pela *Folha* no dia 9, o jornal afirma que se trata de um retrocesso para a expectativa de estabilidade na aplicação das normas e a percepção de que a lei atinge a todos, ricos e pobres, sem distinção. “No horizonte das conquistas recentes contra a corrupção, sempre pairou a ameaça da associação tácita entre as possíveis vítimas poderosas e suas clientelas para colocar freios no processo. Após a decisão desta quinta, o STF terá trabalho para convencer o público de que não endossa o chamado acordo.”

No texto “Lula e Bolsonaro”, publicado no dia 11, o *Estadão* fortalece uma narrativa de polarização da política entre os dois personagens em polos opostos e a sociedade democrática ao centro: “Os grandes ganhadores da decisão do STF são Lula e o presidente Jair Bolsonaro, ou seja, o petismo e o bolsonarismo. Como ambos agem segundo a concepção do político baseada na distinção entre “amigo e inimigo”, o “nós contra eles”, numa luta que adquire contornos existenciais, como se a eliminação do outro devesse ser a regra, eles vão surgir como os principais protagonistas das eleições de 2022.

O mesmo faz a *Folha* com o editorial “Eles contra eles”, no qual afirma que “tal modelo de antagonismo tende a alimentar mistificações e investidas populistas de lado a lado. Sataniza-se o oponente a todo momento, no afã de inflamar as próprias hostes militantes. Ganham os dois protagonistas.

Perde, em racionalidade, o debate político e programático”. O texto critica o discurso de Lula em São Bernardo, no dia 9, focado na questão econômica. De acordo com o jornal, “trata-se da área em que o governo dispõe de uma agenda coerente e uma equipe qualificada. Ademais, há a expectativa plausível de uma recuperação da atividade, ainda que modesta, capaz de reforçar o capital político do mandatário”.

Bolsonaro na imprensa estrangeira

Em 2019, o governo de Jair Bolsonaro foi motivo de reportagens em jornais estrangeiros por seus problemas e polêmicas. A agenda econômica tão exaltada pela imprensa brasileira praticamente não teve espaço nas páginas dos principais veículos do mundo. As ações do governo brasileiro nessa área renderam notícias no *Financial Times*, *Al Jazeera*, *Le Monde* e em agências de notícias internacionais no mês de outubro, quando esses periódicos apresentaram avaliações do que havia sido realizado até então.

De acordo com essas análises, pouca coisa mudou na economia brasileira diante de tudo o que foi prometido. Os textos afirmam que apenas a reforma da Previdência estava sendo aprovada e que isso é quase nada. De acordo com o *Financial Times*, o atual governo inspira certa desconfiança por parte do mercado porque não está claro qual o caminho que o Brasil vai seguir de fato.

A maior parte das notícias sobre o atual governo que rodaram o mundo abordavam a questão ambiental. Desde março, muito antes da crise na Amazônia, jornais com *New York Times* e *The Guardian* afirmavam que Jair Bolsonaro representava um perigo para a preservação da Floresta Amazônica e do meio ambiente em geral.

Em maio, o jornal francês *Le Monde* dizia que o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, utilizava uma retórica absurda para desfazer tudo o que já havia sido feito na área ambiental. É impressionante como os jornais estrangeiros denunciam a política de destruição do meio ambiente que está em curso enquanto a imprensa brasileira finge que não vê e apenas sugere que talvez possa existir algum problema. É preciso reconhecer, no entanto, que a

Folha de S. Paulo chegou a noticiar o desmonte no Ibama e no ICMBio.

De qualquer maneira, os jornais estrangeiros deram muita atenção ao problema. Ainda no mês de maio, alguns veículos trataram do manifesto publicado por ex-ministros do Meio Ambiente que criticava o que Ricardo Salles e Bolsonaro vinham fazendo. No mês de julho, o que chamou a atenção foi a tentativa de censurar o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Inpe, que divulgou dados alarmantes sobre o desmatamento na Amazônia. O diretor do Inpe na época, Ricardo Galvão, foi duramente criticado por Jair Bolsonaro e Ricardo Salles, que tentaram desqualificar o cientista, fazendo uso de um discurso negacionista.

Em agosto, o mundo todo virou suas atenções para o Brasil por causa das queimadas que se espalharam pela Amazônia e atingiram um nível recorde. Para os jornais estrangeiros os incêndios e a falta de atitude do governo brasileiro foram a confirmação do que eles já vinham noticiando desde o início do ano: que Jair Bolsonaro é contra a preservação do meio ambiente. O discurso de ódio utilizado por ele durante as eleições reapareceu durante a fala de abertura da Assembleia Geral da ONU.

As críticas aos povos indígenas, e em especial ao cacique Raoni, fizeram com que os jornais estrangeiros rerepresentassem críticas que faziam a Bolsonaro ainda no período da campanha eleitoral. Ele foi considerado um populista de direita, racista, homofóbico e misógino. Além disso, a imprensa estrangeira afirmou que Bolsonaro é um negacionista que se cercou de outros céticos.

O jornal português *Diário de Notícias* disse que Bolsonaro declarou guerra ao mundo em seu discurso na ONU. No mês de setembro, as atenções continuaram voltadas para a falta de preservação do meio ambiente no Brasil, para a maneira irresponsável como Ricardo Salles e Jair Bolsonaro trataram toda a crise ambiental.

Bolsonaro também foi alvo de críticas em função da sua postura com relação à ciência e às universidades públicas. Após os cortes anunciados pelo governo, as manifestações realizadas na greve nacional da educação receberam ampla cobertura da imprensa estrangeira. Esses veículos deram espaço

para que pesquisadores e estudantes apresentassem seus argumentos e criticassem o governo, algo que quase não se vê na imprensa brasileira.

O que marca essa diferença fundamentalmente é a falta de espaço para o contraponto nos jornais que circulam no Brasil. Além disso, os jornais estrangeiros não se furtam de classificar Jair Bolsonaro tal como ele é, algo que a mídia brasileira nunca fez. A grande questão é que a mídia tradicional brasileira não situa seu público sobre como Jair Bolsonaro é visto no mundo ou com que forma de fazer política ele se assemelha. Continuamos a ser um país que é mal informado pelos profissionais da informação. Essa situação coloca em vantagem um governo que vive escondido atrás da produção de fake news e que distorce a realidade.

A maior fake news do cenário político brasileiro nos últimos anos, a Operação Lava Jato, também foi alvo de diversas matérias no mês de julho, após as primeiras reportagens da série Vaza Jato publicadas pelo site *The Intercept*, do jornalista estadunidense Glenn Greenwald. A partir destas revelações a imprensa estrangeira concluiu rapidamente que o processo contra o ex-presidente Lula camuflou uma gigantesca perseguição política. Algo que até hoje a imprensa brasileira como um todo ainda não reconheceu.

Picos de Bolsonaro na redes sociais

Os primeiros meses de Jair Bolsonaro à frente do governo federal geraram um volume significativo de temas, ocorrências, crises e debates nas redes sociais online, uma de suas principais plataformas de campanha e, até certo ponto, governabilidade. É essencial compreender a limitação do alcance de temas que outrora foram considerados extremamente impactantes nas redes sociais, bem como o alcance de outros que passam muitas vezes despercebidos. Temas ligados à economia cotidiana, como “liberação do FGTS” são muito mais destacados do que outros debates que envolvem questões ligadas a costumes e/ou preconceitos destilados pelo presidente em suas redes sociais.

Já as manifestações públicas em fóruns internacionais, como foram os casos de Davos e ONU,

geraram um embate entre ambos os espectros, ampliando consideravelmente, assim, o alcance destes temas. É inegável, porém, que três temas extremamente desgastantes para Jair Bolsonaro tiveram um alcance significativo neste período analisado: seu envolvimento com o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes, o desmatamento da Amazônia e, mais recentemente, os vazamentos de óleo na costa brasileira.

A fim de analisar os pontos-chave do governo, até aqui, foram listados cinco picos significativos de interações com notícias ligadas ao presidente nas redes sociais online:

1. 1º de janeiro: dia da posse de Jair Bolsonaro, 28.868 notícias com 42.259.855 compartilhamentos;
2. 14 a 20 de janeiro: suspensão das investigações contra Flávio Bolsonaro pelo STF, 17.780 notícias com 38.664.753 compartilhamentos;
3. 6 a 12 de maio: possível indicação de Moro ao STF, cortes de bolsas, 13.976 notícias com 36.969.297 compartilhamentos;
4. 26 de agosto a 1º de setembro: queimadas na Amazônia, “alta” do PIB, Bolsonaro defende prisão de jornalistas e enfrentamento com Macron, 17.637 notícias com 34.573.124 compartilhamentos;
5. 21 a 27 de outubro: imposto sobre férias e 13º, “I love you” para Trump e discurso de Bolsonaro na ONU, 19.436 notícias com 31.648.307 compartilhamentos.

Já entre as publicações em redes sociais online com maior volume de interações destacam-se:

1. 1º de janeiro: 47.554 posts com 33.533.649 interações. Posse de Jair Bolsonaro.
2. 14 a 20 de janeiro: 40.826 posts com 28.669.106 interações. Escândalos envolvendo Queiroz surgem na imprensa.
3. 11 a 17 de março: 29.446 posts com 24.015.862 interações. Divulgação de que vizinho de Bolsonaro teve envolvimento direto com a morte da vereadora Marielle Franco e seu motorista.
4. 12 a 18 de agosto: 35.695 posts com 24.179.208 interações. Denúncias por queimadas na Amazônia.
5. 21 a 27 de outubro: 26.800 posts com 26.547.172 interações. Visita de Bolsonaro ao Oriente Médio, polêmicas com PSL e derramamento de óleo na costa brasileira.

Outro termômetro para medir o alcance e os temas nos primeiros meses do desgoverno de Jair Bolsonaro é oferecido pelo Google. Destacam-se: Golden shower Bolsonaro, decreto armas Bolsonaro, Bolsonaro discurso ONU, liberação FGTS, vídeo que Bolsonaro postou, Bolsonaro Davos, vídeo Bolsonaro carnaval, Faustão fala sobre Bolsonaro, Bolsonaro cartão corporativo, Bolsonaro corta verba da educação, Macron Bolsonaro, discurso de Bolsonaro na ONU, prefeito de Nova York Bolsonaro e Bolsonaro na ONU.

MOVIMENTOS SOCIAIS



Causa consternação em alguns o contraste entre as cenas das mobilizações de rua no Chile e na Bolívia e a aparente apatia da população brasileira. Pressa na comparação e crença em reprodução automática, no entanto, não ajudam a compreender o estágio em que se encontram os movimentos sociais brasileiros

O Chile é aqui?

Os meses de outubro e novembro trouxeram para os debates nos movimentos sociais brasileiros as mobilizações do Chile e do Equador, vistos de início como um sopro de vida para as rebeliões populares no continente e, quiçá, um exemplo que se irradiaria por aqui.

Na sequência desses acontecimentos, eis que um violento e desavergonhado golpe na Bolívia não apenas força o exílio do presidente Evo Morales e seu vice Álvaro Linera e a queda de todo o gabinete mas, também e mais penosamente, impõe repressão duríssima aos corajosos e numerosos apoiadores do governo deposto, o que incluiu tortura, invasão de domicílios, espancamento nas ruas e fuzilamento de ao menos 23 pessoas, número conhecido até a terceira semana de novembro. “Estão caçando os nossos como animais”, narrou uma militante boliviana do partido de Evo, o Movimento para o Socialismo (MAS), pedindo sigilo.

No Chile, em novembro, os protestos haviam conquistado aparentes recuos do governo de Sebastián Piñera, que prometera suspender o aumento das tarifas de transporte público e de energia, aumentar o valor do Pilar Solidário (complementação

das mais baixas entre as baixas aposentadorias vigentes, criada na última gestão de Michelle Bachelet), entre outros acenos, até uma aceitação, dúbia, da principal reivindicação popular, a de uma nova constituição para substituir o texto herdado da ditadura Pinochet, que deixou a economia e o quadro social em ruínas. Os movimentos sociais chilenos rejeitaram as propostas, acreditando ser apenas retórica, frutos de acordos “por cima” que resultariam em mais frustração.

Euforia de um lado, apreensão de outro. Afora o caso equatoriano, onde o recuo do governo diante da pressão popular – majoritariamente campesina e indígena, como na Bolívia – parece significar conquista efetiva, o movimento social brasileiro ainda anseia por desdobramentos mais positivos na Bolívia e no Chile e também no Haiti, caso em que as informações trazidas pela mídia convencional e alternativa são ainda mais escassas que nos dois outros países.

“A gente tem que seguir o exemplo do povo do Chile, a gente tem que resistir”, afirmou Lula em discurso durante a festa de sua volta, no sábado, 9 de novembro, diante da sede do Sindicato dos

Metalúrgicos do ABC. A frase sintetiza a expectativa dos movimentos sociais pelo retorno da liderança, que motivou a mais notável ação popular organizada dos últimos meses – os 580 dias de Vigília Lula Livre, em Curitiba –, sobre quem se depositam as esperanças pelo reacender das grandes mobilizações, e o padrão almejado por quem espera um combate aguerrido aos desmandos do governo federal ocupado pelo ex-paraquedista. Deseja-se um levante popular amplo e duradouro.

Causa consternação em alguns o contraste entre as cenas das mobilizações de rua no Chile e na Bolívia – fogo, barricadas, jatos d'água, momentos épicos como a bandeira sendo hasteada no alto de um monumento que outrora honrava a memória do opressor, e até mesmo a monstruosidade de cadáveres tombados na calçada – e a aparente e tão criticada apatia da população brasileira diante da destruição da Previdência Social, da morte por inanição dos direitos trabalhistas, do estrangulamento das políticas e serviços públicos e o fluxo de desprezo ao povo que jorra das bocas do presidente e de seus auxiliares.

Pressa na comparação e crença em reprodução automática, no entanto, não ajudam a compreender o estágio em que se encontram os movimentos sociais brasileiros sob o governo Bolsonaro, e sequer ajudam a pavimentar o caminho para um processo de resistência mais ruidoso e numeroso.

Resistência há, apesar das fortes pressões contrárias e da repressão latente e que se manifesta de maneira concreta sempre que os detentores do poder acham necessário.

“Não temos pressa. Nossa pressa não apressará a História”, comentou o líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) Gilmar Mauro, em entrevista a este Boletim, em agosto. Ele avaliava que a conjuntura não permite almejar ganhos econômicos para nenhuma categoria, e que dificilmente alguém estaria disposto a participar de uma ocupação de terra sem a perspectiva de conquista, ainda que a longo prazo.

“É preciso fazer a resistência sem cair em provocações”, completou, em referência à prontidão das

forças repressivas oficiais e as estruturas paramilitares que acompanham o agronegócio. Mesmo assim, e em consonância com a paciência que prescreve, o líder apostou: há um agravamento grande da crise social, e eu diria da barbárie em geral. Sem nenhuma perspectiva de solução a médio prazo. A possibilidade de conseguir um emprego formal é uma coisa praticamente fora de perspectiva nesse cenário. A fome e a miséria já voltam com muita força. Então, o potencial de luta pela terra no próximo período vai ser enorme. Mesmo com o governo armando essa barragem de contenção para não solucionar a questão da terra, uma hora essa barragem explode”.

O novo presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sérgio Nobre, também acredita que a situação econômica e a vulnerabilidade das pessoas dificultam a adesão às mobilizações que o movimento sindical tem realizado ao longo de 2019. Porém, assim como Mauro, ele prevê que a insatisfação crescente irromperá em maiores mobilizações, cedo ou tarde. E que, para estar preparado para ser interlocutor e representante dessa insatisfação, o movimento sindical precisa se aproximar da população. Num cenário de diminuição do emprego formal e da consequente pulverização dos trabalhadores e trabalhadoras, cada vez menos agrupados em um local de trabalho à moda clássica, a saída, na opinião do sindicalista, é dialogar com as pessoas também onde moram. “Precisamos ir para os bairros e conversar com a população”, afirmou em entrevista.

No dia 13 de novembro as centrais retomaram a antiga fórmula de distribuir panfletos e conversar tête-à-tête com quem passava pelo centro da cidade de São Paulo. A abordagem tinha por objetivo tentar esclarecer os prejuízos econômicos e sociais que o Plano Brasil Mais, apresentado pelo governo federal, trará à vida das pessoas caso seja aprovado.

Tomando novamente o Chile como exemplo, é preciso recordar que as mobilizações que sacudiram o país entre outubro e novembro foram precedidas por protestos bem menores e de curta duração, como os realizados por estudantes em julho deste ano, contra mudanças propostas no sistema educacional.

No Brasil, ao longo de 2019, não foram poucas as mobilizações. A despeito de todas as explícitas ameaças de repressão do atual governo e seu principal mandatário, antes mesmo de tomar posse, quando prometeu cadeia ou exílio aos que não concordassem com ele.

Das ameaças aos ataques consumados, o tempo foi curto. A reforma agrária foi suspensa. O desmonte de órgãos especializados e o estímulo verbal à violência e ao desrespeito às leis e à Constituição têm ceifado vidas de lideranças indígenas e camponesas. As mudanças nas legislações trabalhistas e portarias ministeriais impuseram asfixia financeira aos sindicatos e grandes limitações à representação dos trabalhadores. A política de morte aos negros e às populações periféricas aprofundaram-se com governos de inspiração miliciana. Órgãos oficiais de promoção e defesa de direitos humanos, quando não extintos ou amordaçados, foram deixados à míngua. A luta das mulheres e da população LGBTQI+ sofre duros ataques. A educação, a cultura e a pesquisa são alvo constante. A miragem do inimigo interno volta a se materializar em ações como a

espionagem de movimentos sociais praticada pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Lideranças da luta por moradia presas sem provas.

Nada disso impediu a greve geral de 14 de junho, que teve forte impacto em algumas capitais e cidades do interior do país. Estudantes realizaram grandes mobilizações contra os cortes orçamentários na educação pública, em maio e junho. As mulheres saíram de diversos pontos do país e se juntaram à Marcha das Margaridas, em agosto. Os estudantes voltaram à carga e impediram a posse de reitores biônicos em universidades federais. Protestos contra as mortes da população negra. Greve de petroleiros e bancários para preservar os acordos coletivos de trabalho e impedir privatizações de estatais. Greves e mobilizações de servidores públicos estaduais e municipais em todo o país. Movimentos foram às ruas para exigir justiça para Marielle Franco.

Lula livre, em novembro. Fator novo, que fará diferença. A conferir como será o reflexo disso na atuação dos movimentos sociais.

PERIFERIAS



Dados referentes ao crescimento do ingresso de pessoas negras no ensino superior público, que agora se tornam maioria nesses espaços, levantam o debate sobre a suposta superação da desigualdade racial no âmbito da educação. Aprofundando a análise desses dados percebe-se que pouco ou quase nada há para comemorar.

Mais negros em universidades e desigualdade racial

No início de novembro, mês da Consciência Negra, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tornou públicos novos dados sobre “Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil” que tratam de cinco eixos: mercado de trabalho, distribuição de renda, condições de moradia, educação, violência e representação política. Os dados referentes ao crescimento do ingresso de pessoas negras no ensino superior público, que agora se tornam maioria nesses espaços, têm levantado o debate sobre a suposta superação da desigualdade racial no âmbito da educação. Aprofundando a análise desses dados e os questionamentos acerca da superação das desigualdades raciais em outras esferas da vida social e econômica, percebe-se que pouco ou quase nada temos para comemorar.

Segundo o IBGE, pela primeira vez o número de pretos e pardos matriculados em faculdades e universidades públicas superou o número de brancos. Em 2018, estudantes negros representam 50,3% (2018) dos matriculados no ensino superior públi-

co, considerando nesse universo as universidades públicas e também as escolas técnicas estaduais, federais e cursos tecnológicos. Identifica-se um crescimento no ingresso de pessoas negras no ensino superior quando comparado a anos anteriores. Em 2016, 50,5% dos pretos e pardos na faixa de 18 a 24 anos cursavam ensino superior, no ano de 2018 a porcentagem desses jovens foi para 55,6%.

Um crescimento comemorável. No entanto, quando comparado ao grupo de mesma faixa etária composto por pessoas brancas os dados denunciam uma considerável discrepância, já que em 2018 o número representativo desse grupo foi de 78,8% cursando ensino superior. Um dos agravantes desse cenário é que aqueles que se autodeclararam pretos ou pardos são 55,3% da população brasileira. Então, mesmo que esse grupo seja 50,3% daqueles que ingressaram no ensino superior público, ainda continuam sub-representados nesses espaços.

É importante ressaltar que esse avanço tem relação direta com a implementação de políticas afirmati-

vas voltadas para a redução das desigualdades em relação ao ingresso da população negra no ensino superior. A Lei Federal de Cotas, implementada em 2016, sancionou que metade das vagas nas universidades e institutos federais devem ser voltadas para pessoas autodeclaradas negras. Ou seja, a permanência dessas políticas afirmativas e o aprimoramento destas são essenciais para a continuidade desse crescimento. Além disso, políticas voltadas para a continuidade dessas pessoas na universidade, possibilitando a conclusão do ensino superior é de suma importância, ainda mais considerando o grau de desigualdade racial apresentado em outras esferas sociais e econômicas brasileiras.

Esses avanços observados para a população negra no âmbito do ensino superior infelizmente não se refletem em outros dados apresentados pelo IBGE. A taxa de analfabetismo não se mostra tão positiva, com 9,1% de pretos e pardos analfabetos, mais que o dobro dos 3,9% apurados entre a população branca. Se nos primeiros anos do ensino fundamental praticamente não há diferença entre negros e brancos, as desigualdades se agravam a medida que os anos de escolaridade avançam, com nítido descompasso, entre idade e escolaridade de cerca de dez pontos percentuais a favor dos brancos no ensino médio e de quase vinte pontos percentuais no ensino superior.

No que diz respeito ao mercado de trabalho os pretos e pardos representam 54,9% da força de trabalho, número inferior aos que são força de trabalho desocupada, 64,2% ou subutilizada, 66,1%. No primeiro eixo a porcentagem de pretos e pardos que se encontra no mercado de trabalho é bem próxima da porcentagem populacional brasileira, mas quando se trata de força de trabalho desocupada ou subutilizada esse número é significativamente maior. Ainda assim, sabe-se que os 54,9% que são força de trabalho estão sujeitos às posições mais precárias e inferiores das ocupações do mercado. Quando se trata de pessoas ocupadas em cargos gerenciais de alta renda apenas 11,9% são pretos ou pardos. Há também uma forte e crescente presença de pretos e pardos no trabalho informal, de 47,3%, enquanto entre a população branca é de 34,6%. Nas regiões Norte e Nordeste os percentuais de informalidade ultrapassam a metade da população econômica-

mente ativa, com índices que chegam a 61% entre os negros do Norte e 57,8% entre os do Nordeste.

A taxa composta de subutilização segundo o nível de instrução mostra a continuidade dessa desigualdade, com a população preta e parda mais sujeita (com uma diferença média de 10%) a subutilização, inclusive quando possui o mesmo grau de instrução de pessoas brancas. Essa diferença só diminui quando se trata da população com ensino superior completo, onde a subutilização dos pretos e pardos soma 15%, frente a 11,5% entre os brancos.

No que se trata de rendimento no trabalho, os dados apontam que pretos e pardos recebem 57,7% dos rendimentos das pessoas brancas. Quando se compara homens brancos a mulheres pretas ou pardas a desigualdade é ainda maior: mulheres negras recebem apenas 44,4% do salário dos homens brancos. Quando o filtro é por nível de instrução e hora trabalhada o rendimento dos brancos chega a ser 70% superior.

O rendimento médio domiciliar per capita da população preta ou parda é de 934 reais, quase metade em comparação a população branca, que é de 1.846 reais. Ainda sob o rendimento domiciliar per capita, temos 32,9% de pretos e pardos abaixo da linha da pobreza, enquanto essa condição atinge apenas 15,4% dos brancos.

No que diz respeito à moradia, os dados apontam que, em 2018, 44,5% da população preta ou parda mora em domicílios sem serviço de saneamento básico e 42,8% em domicílios sem esgoto; entre os brancos 27,9% e 26,5% residem em domicílios sob as mesmas condições.

Entre os dados mais alarmantes que denunciam a persistente vulnerabilidade da população negra estão os que se referem aos índices de violência. Entre 2012 e 2017, a taxa de homicídio entre os brancos se manteve estável, na casa dos dezesseis homicídios por cem mil habitantes, enquanto entre a população negra foi de 37,2 para 43,4 homicídios por cem mil pessoas desse grupo. A população negra também é mais sujeita a ser vítima de homicídio intencional do que a população branca: em 2017 uma pessoa negra tinha 2,7 vezes mais chances de ser vítima de homicídio intencional do que uma pessoa branca. Os mais sujeitos a esse tipo de

violência letal são jovens pretos e pardos de 15 a 29 anos. Em 2017, a taxa de homicídios deste grupo chegou a 98,5 enquanto a dos jovens brancos atingiu 34. Quando observamos os dados de jovens, pretos e pardos, do sexo masculino, essa taxa chegou a 185.

No que diz respeito à representação política, atualmente a população negra é sub-representada em todas as esferas de poder, desde a Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa Estadual e Câmaras dos Vereadores. Essa sub-representação, todavia, não se dá pela ausência de candidaturas a tais cargos, pois no que diz respeito às eleições de 2014 a 2018 houve um crescimento significativo de candidaturas por pessoas negras. Por exemplo, para os cargos de deputado federal, houve 41,8% de candidaturas de pessoas negras, porém apenas 24,4% se elegeram. Os baixos recursos investidos pelos partidos políticos nessas candidaturas fazem com que a sub-representação da população negra no poder político se perpetue.

Os dados do IBGE apontam que por mais que tenha havido uma melhora significativa no que diz

respeito ao ingresso da população negra no ensino superior público isso não significa que o objetivo foi alcançado e essa política pública deva ser flexibilizada. Ao contrário, todos os demais dados apontam que é preciso pensar em políticas de permanência desses jovens na escola e universidade. Além disso, todos os outros âmbitos da vida econômica e social continuam marcados por desigualdades raciais profundas. A superação da desigualdade racial continua sendo um desafio e um grande empecilho para o desenvolvimento do país e da população como um todo. A ligeira mudança no cenário educacional, restrita ao ensino superior, é insuficiente para compensar todas as outras discrepâncias que continuamente colocam a população negra brasileira em situação de vulnerabilidade. Há ainda um longo caminho a ser trilhado e o próximo passo para a redução das desigualdades entre negros e brancos é a justa inserção da população preta e parda no mercado de trabalho e sobretudo a certeza de que a política de extermínio da juventude negra precisa ter fim.



F U N D A Ç Ã O

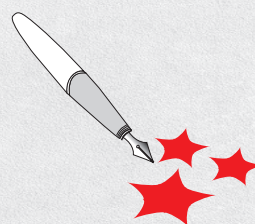
Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

EXPEDIENTE

O Boletim de Análise da Conjuntura é uma publicação mensal da Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Coordenador da Área de Produção do Conhecimento: William Nozaki. Equipe editorial: Antonio Carlos Carvalho (advogado); Kjeld Jakobsen (consultor em cooperação e relações internacionais); Ana Luíza Matos de Oliveira, Alexandre Guerra e Marcelo Manzano (economistas); Sergio Honório (engenheiro); Ronnie Aldrin Silva (geógrafo); Luana Forlini (internacionalista); Matheus Toledo, Vilma Bokany, Jordana Dias Pereira e Paulo C. Ramos (sociólogos); Eduardo Tadeu Pereira (historiador); Rose Silva e Pedro Simon Camarão (jornalistas); Leo Casalinho e Pedro Barciela (análise de redes sociais). Colaboraram com esta edição Victoria Braga e Sofia Toledo. Revisão: Fernanda Estima. Editoração eletrônica: Camila Roma. Baseia-se em informações disponíveis até 19 de novembro de 2019. Foto da capa: Ricardo Stuckert.

BOLETIM DE ANÁLISE DA CONJUNTURA



F U N D A Ç ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091
Vila Mariana - São Paulo - SP

www.fpabramo.org.br